



ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA / 26-05-2020

ATA DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª (QUARTA) SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª (NONA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ. ÀS 12:37 (DOZE HORAS E TRINTA E SETE MINUTOS) DO DIA 26 (VINTE E SEIS) DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2020, ATRAVÉS DO SISTEMA DE SESSÕES REMOTAS, ESTIVERAM PRESENTES VIRTUALMENTE OS SEGUINTE VEREADORES: DEMI PEIXOTO, ADAUTO PARENTE, CÉSAR AUGUSTO VON PAUMGARTTEN, CRISTIANO, CHICO BARBEIRO, ANTENOR, HELENITA, JEORGENES, PATRIARCA, CAPITÃO MARTINS, JÚLIO CÉSAR, LUCINILDO, ALINE DO HOSPITAL, PEDRO RODRIGUES, RAFAEL LACERDA, RAPHAEL PESSOA, ROBÉRIO SANTOS E TALES SARAIVA. O SENHOR PRESIDENTE, VEREADOR DEMI PEIXOTO ABRE A PRESENTE SESSÃO E SOLICITA AO SECRETÁRIO, VEREADOR JEORGENES CASTRO QUE FAÇA A LEITURA DO EXPEDIENTE. **MENSAGEM DE Nº 034/2020**, DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO QUE “SUSPENDE, EM CARÁTER PROVISÓRIO, O PAGAMENTO DO AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO DE QUE TRATA A LEI Nº 1.234, DE 11 DE JULHO DE 2007, QUE INSTITUIU O AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”; **MENSAGEM Nº 035/2020**, DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO QUE “SUSPENDE OS REPASSES DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE MARACANAÚ PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DA DOENÇA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19), DECLARADA PELA



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), NA FORMA QUE ESPECÍFICA”. PELA ORDEM, O VEREADOR JÚLIO CÉSAR SUGERE A RETIRADA DE PAUTA DAS MATÉRIAS, INFORMANDO NÃO ENXERGAR, A PRÍNCÍPIO A NECESSIDADE REAL DO CORTE NESSES GASTOS E EXARA SUA PREOCUPAÇÃO COM A RETIRADA DESSES DIREITOS, QUE PODERÃO, SEGUNDO O VEREADOR. SEREM QUESTIONADOS NA JUSTIÇA. O VEREADOR ADAUTO PARENTE, APROVEITA PARA ESCLARECER UM QUESTIONAMENTO FEITO NA SESSÃO ANTERIOR E DIZ QUE HÁ ESPAÇO PARA EXPANSÃO NO CEMITÉRIO DA PAJUÇARA. O VEREADOR RAFAEL LACERDA ESCLARECE QUE O VALOR DEVIDO À PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO GIRA EM TORNO DE 3 MILHÕES DE REAIS POR MÊS E QUE O CORTE É NECESSÁRIO E FICA RESTRITO À OCORRÊNCIA DA PANDEMIA. O VEREADOR LUCINILDO AFIRMA FAZER PARTE DO CONSELHO DO IPM E DIZ QUE HÁ SALDO EM CAIXA PARA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS PARA UM PERÍODO DE 3 ANOS. O VEREADOR JEORGENES DIZ QUE OS PROJETOS DE CORTE SÃO NECESSÁRIOS E QUE RECEBEU INFORMAÇÕES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS FERNANDA PESSOA E SOLDADO NOÉLIO DE QUE JÁ HÁ NA ASSEMBLEIA PROJETO PARA CONCEDER FÉRIAS SEM O PAGAMENTO DEVIDO DO BENEFÍCIO, O QUE MOSTRA QUE A SITUAÇÃO JÁ ESTÁ GRAVE NO ESTADO. O VEREADOR PEDRO RODRIGUES INFORMA QUE CERCA DE 50% DOS SERVIDORES CONTRATADOS PELA SAÚDE PARA AS AÇÕES DO COVID-19 JÁ FORAM AFASTADOS POR TEREM CONTRAÍDO A INFECÇÃO, RECEBENDO OS BENEFÍCIOS DEVIDOS, AUMENTANDO O CUSTO PARA O MUNICÍPIO. EM DISCUSSÃO INICIAL, AS



ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA / 26-05-2020

MENSAGEN DE ° 034 E 035 FORAM APROVADOS, COM 15 VOTOS FAVORÁVEIS E 1 VOTO CONTRÁRIO DO VEREADOR JÚLIO CÉSAR. SEM MAIS NADA A TRATAR, O SENHOR PRESIDENTE CONVOCA OUTRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA APRECIAR OS PROJETOS EM PAUTA. SEM MAIS NADA A TRATAR, A SESSÃO FOI ENCERRADA E PARA CONSTAR FOI LAVRADA A PRESENTE ATA.